

COOPERDOTCHI: SOLIDARIEDADE NA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS ORGÂNICOS + A POLÊMICA DO DIPLOMA EM JORNALISMO + PROFESSORES DA FURB DEBATEM AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO ÁRABE + FÓRUM SOCIAL MUNDIAL NA ÁFRICA + GOLPE MILITAR FAZ ANIVERSÁRIO + VIEGAS FERNANDES DA COSTA DISCUTE NUDEZ E HIPOCRISIA + PREVENÇÃO A DESASTRES E USO DO SOLO EM BLUMENAU + O PRIMEIRO DE MAIO, HOJE

EXPRESSÃO

Uma publicação do Sindicato dos Servidores
Públicos do Ensino Superior de Blumenau

Ano 3 Número 19 Abril.2011

[www.
sinsepes.
org.br](http://www.sinsepes.org.br)

UNIVERSITÁRIA

NOTA PROMISSÓRIA 01/11

Vencimento: *setembro* de *2014*

R\$ *10,33%*

Ao (s) *longo do meu mandato de reitor*

..... pagar *ei* por esta única NOTA PROMISSÓRIA,

ao(s) *trabalhadores da Furb*

ou à sua ordem, a quantia de *10,33% (dez vírgula trinta e três por cento)*

em moeda corrente deste país, referente à *reposição das perdas*

salariais acumuladas

EMITENTE: *João Natel Pollonio Machado*

ASSINATURA DO EMITENTE: *João Natel Pollonio Machado*

Editorial

A edição de abril do Expressão Universitária tem sempre um caráter bastante particular. Esta é a edição em que se faz o balanço do resultado do processo de negociação da pauta anual de reivindicações, além de apontar as reflexões e atividades alusivas à passagem do Dia do Trabalhador. Ainda, se encaminha com maior visibilidade as ações gerais do sindicato durante o ano, já superada a rotina mais extensa de negociações com a reitoria.

RESULTADO DAS NEGOCIAÇÕES

Com relação à pauta de reivindicações, o resultado obtido nas negociações com a reitoria, ainda que aquém das expectativas e necessidades dos trabalhadores, gerou uma proposta que, analisada globalmente em seus prós e contras, foi aceita pela categoria em Assembleia Geral. Esta aprovação foi obviamente motivada pelo entendimento da situação financeira crítica da FURB e do sucesso na obtenção do mínimo de dignidade, ou seja, a reposição à vista das perdas inflacionárias dos últimos 12 meses. Cabe salientar que para possibilitar esta proposta, foi fundamental a atuação da representação dos trabalhadores (incluindo o SINSEPEs) junto ao Conselho de Administração do ISSBLU. O apontamento do Instituto, de não acréscimo da contribuição patronal adicional em 2012, foi fundamental para a reversão em reposição salarial, durante o processo de negociação, do percentual anteriormente previsto de acréscimo de 1% sobre a folha de pagamentos em contribuição previdenciária, chegando assim à reposição integral da inflação.

Contudo, o sucesso da negociação da primeira cláusula econômica da pauta não indica satisfação dos trabalhadores com relação ao

atendimento das reivindicações. A incorporação do IVGP na base de cálculo da inflação, a abertura para participação do SINSEPEs na negociação dos convênios sociais, o reconhecimento das perdas salariais de períodos anteriores, a calendarização de reuniões mensais para continuidade de negociações, entre outros avanços, foram fundamentais para o aceite da proposta pelos trabalhadores. Destaca-se contudo a posição de clara insatisfação com relação ao tratamento das questões trabalhistas (adiadas para discussão em grupos de trabalho, sem prazo definido para resolução), ao não atendimento imediato das necessi-

do atual reitor, quando candidato no final de 2010. Valorizamos e agradecemos como diretoria o empenho demonstrado pelos componentes da Comissão de Negociação, fundamentais na argumentação e obtenção do sucesso em diversos itens.

PRÓXIMOS PASSOS

Com a conclusão do processo de negociação mais intenso, cresce a visibilidade do enfrentamento sindical a questões cuja resolução não pode ser obtida em negociação breve com a reitoria. As ações que estão sendo desenvolvidas pelo SINSEPEs, e que dão a tônica da atuação sindical já

defender implacavelmente o direito dos servidores frente aos encaminhamentos relativos ao cumprimento dos TACs. A legislação determina que a abertura de vagas se dê sob critérios claros e específicos. Estes garantem previamente a alocação de horas e aproveitamento dos profissionais já contratados. A fiscalização do cumprimento à lei será constante e, no caso dos docentes, também implica no cumprimento da resolução que regulamenta a distribuição de aulas (atividade vinculada à estrutura departamental).

UM ANO PARA RENOVAR

Este também é ano de realizar a eleição da diretoria e conselho fiscal do SINSEPEs. Estatutariamente, a Comissão Eleitoral deve ser formada com seis meses de antecedência, sendo que a eleição ocorre em outubro. Conforme debatido com a categoria nas últimas assembleias, foi realizada a recomposição da diretoria (com eleição em assembleia de novos diretores para os cargos em vacância). Assim, os cargos de Diretor Jurídico, Diretor de Formação e 1º Secretário foram reocupados e contam com novos diretores (informações completas na seção *Diversas*, na página 4). A Comissão Eleitoral será formada em Assembleia Geral no dia 13 de abril e conduzirá os trabalhos de organização do processo até a eleição efetiva (possivelmente na segunda quinzena de outubro).

A participação ampla dos servidores é fundamental neste processo e nas atividades sindicais. É preciso garantir que a eleição se dê em âmbito absolutamente democrático, que permita a pluralidade de chapas, o debate de diferentes concepções, a apresentação livre das ideias e o acesso à candidatura de todos os servidores interessados, obviamente seguindo os critérios estatutários.

A capa desta edição do Expressão ilustra o posicionamento dos trabalhadores em não esquecer das suas reivindicações e das propostas do atual reitor, quando candidato no final de 2010

dades relativas à política alimentar e exploração das cantinas, à tentativa de estabelecer ações de restrição financeira atreladas à reposição (repudiadas pela categoria e derubadas no CONSUNI) e ao ínfimo atendimento das questões sociais levantadas na pauta. Nas assembleias a categoria indicou que, embora a proposta tenha sido aceita, não deve-se abrir mão dessas reivindicações e demonstrou sua confiança na direção do SINSEPEs para dar prosseguimento às negociações em defesa de seus interesses. A capa desta edição do *Expressão Universitária* ilustra esse posicionamento dos trabalhadores: o não esquecimento das suas reivindicações e das propostas

apresentada para o ano de 2011, incluem o evidente acompanhamento e continuidade de reivindicação dos itens de pauta não atendidos, a vigilância e inabalável defesa dos trabalhadores nas questões relativas ao atendimento dos Termos de Ajustamento de Conduta firmados entre FURB e Ministério Público, a fiscalização no processo de abertura de Concursos Públicos (para o quadro e temporários), o apoio e efetiva participação nas ações do Comitê Pró Federalização da FURB e o acompanhamento e fiscalização das questões relativas à abertura do Hospital Universitário.

Com especial destaque e atenção, temos durante esse ano a tarefa de

EXPEDIENTE

Expressão Universitária é uma publicação do Sindicato dos Servidores Públicos do Ensino Superior de Blumenau.

Jornalista responsável: Leo Laps (01989JP-DRT/SC).

Projeto gráfico, diagramação e edição: Leo Laps. **Tiragem:** 3.000 cópias. **Gráfica:** Grupo Paulo Pimentel (Curitiba).

Endereço: Campus I da FURB (Rua Antônio da Veiga, 140 - Victor Konder - Blumenau - SC - CEP 89012-900)

Telefone: 47 3321-0400 ou 47 3340-1477 **E-mail:** sinsepes@sinsepes.org.br.

As matérias assinadas são de responsabilidade dos seus autores.

Accesse www.sinsepes.org.br e confira versões anteriores em PDF.

DIRETORIA SINSEPEs

Presidente: Tulio Vidor **Vice-presidente:** Ricardo Machado

Secretário-geral: Joni Júlio Evaristo **1ª Secretária:** Laurete Maria Ebel Coletti

Tesoureiro: Luiz Heinzen **1º Tesoureiro:** Luiz Donizete Mafra

Diretora de Assuntos Jurídicos: Ivone Fernandes Morcilo Lixa **Diretora de Cultura:** Mariana Freitas

Diretor de Comunicação: Carlos Alberto Silva **Diretora de Formação e Saúde:** Nevoní Goretta Damo

Conselho Fiscal: Simone Wagner Rios Largura, Rita de Cassia Marqui e Décio Zendron (titulares), Rubia Carla Ribeiro e Natacha Juli Georg (suplentes)

Primeiro de Maio: entre comemorações e reivindicações

Primeiro de Maio na Furb

O Sinsepes fará uma atividade especial no Bloco A do Campus I da Furb no dia 29 de abril, sexta-feira, às vésperas do Dia do Trabalhador. A partir das 17h, acontece a apresentação do grupo *Fala Malandro* e um café para os servidores da Universidade.

Descanso do trabalho (1890), de Vincent Van Gogh (Reprodução)



POR MARTIN KREUZ, historiador formado pela FURB e secretário do SINSEPES <meu_nomemk@yahoo.com.br>

Dia do Trabalho ou Dia do Trabalhador? As duas denominações confundem-se, a ponto de não sabermos mais corretamente a quem, ou o que, o Primeiro de Maio é dedicado. Pode-se pensar que seja somente um caso de palavras distintas, usadas inocentemente, mas que empregam o mesmo sentido – somente um caso de interpretação semântica. Todavia, a linguagem, como aliás todas as outras dimensões da cultura humana, não é neutra, mas desvela sentidos para além do que é dito.

No campo antropológico, trabalho é toda ação humana que transforma a natureza e cria cultura; a cultura é a categoria que distingue seres humanos de outros corpos biológicos, e portanto pode-se dizer que o trabalho, ao criar cultura, torna-nos humanos. Assim, o Primeiro de Maio poderia ser percebido como a celebração da realização humana, da capacidade de criar cultura. Mas o significado de trabalho que embasa esse conceito na contemporaneidade é distinto e muito mais restritivo. No *Dicionário Aurélio*, encontra-se, entre outros, a descrição “trabalho remunerado ou assalariado; serviço [...] Atividade humana realizada ou não com auxílio de máquinas e destinada à produção de bens e serviços.” Assim, a pergunta que cabe é: a quem interessa celebrar essa tipologia de trabalho? Creio que não aos traba-

lhadores, envolvidos em processos produtivos alienantes, e por isso não proprietários do resultado de seu labor.

O Dia do Trabalhador foi instituído em 1889, durante a realização da Segunda Internacional Socialista, em memória à greve de Chicago, que objetivava a redução da jornada diária de trabalho para 8 horas, e fora iniciada no primeiro dia de maio de 1886. Nos confrontos subsequentes com as forças policiais vários operários morreram. A deliberação do congresso da Internacional em transformar a data em

Talvez esteja na hora de dar um novo significado ao Primeiro de Maio: Dia da Emancipação do Trabalho

Dia do Trabalhador buscava não só homenagear a luta dos operários de Chicago, mas criar um dia que demarcasse e aglutinasse as lutas de todos os trabalhadores por melhores salários e condições de trabalho e por jornadas menores. O Primeiro de Maio tornou-se então um dia reivindicativo, de reafirmação das lutas e bandeiras dos trabalhadores.

No Brasil, desde o início do século XX os trabalhadores também utilizavam-se dessa data como um

momento de protestos e manifestações. Todavia, nos anos 1930 o governo de Getúlio Vargas executou uma política de cooptação das classes trabalhadoras e de atrelamento das entidades sindicais. Um dos mecanismos utilizados por Vargas foi a apropriação do Primeiro de Maio, transformado em Dia do Trabalho e despolitizado de sua significação reivindicativa. Em grandes festas e celebrações apologeticas à Nação, ao Trabalho e ao Progresso, Vargas discursava e apresentava novos benefícios aos trabalhadores. A criação do salário mínimo, da CLT e os aumentos salariais eram oficializados pelo presidente nessa data.

Atualmente, o caráter festivo outorgado à data ainda permanece. Quando organizados pelo próprio patronato, os festejos alusivos ao trabalho pretendem instaurar a harmonia e cooperação entre as classes. Os trabalhadores, agora chamados de colaboradores, podem esquecer por um dia as agruras de um ambiente estressante de trabalho e suas tarefas repetitivas. Mas os próprios sindicatos e centrais também aderem a essa concepção celebracionista do dia. Grandes shows, sorteios de bens de consumo, almoços: a reflexão sobre o trabalho e a condição de trabalhador, a reafirmação de lutas e bandeiras não encontram espaço nesses eventos. A questão obviamente não é criticar a realização de um encontro festivo, mas o seu es-

vaziamento político. Ou não é possível combinar prazer e reflexão? Os insurgentes do Maio de 1968 acreditavam que sim: “Quanto mais eu faço amor, mais tenho vontade de fazer a revolução. Quanto mais faço a revolução, mais tenho vontade de fazer amor”.

Talvez esteja na hora de dar um novo significado ao Primeiro de Maio: Dia da Emancipação do Trabalho. A sociedade atual pode prescindir do trabalho manual: a automação dos processos multiplicou a capacidade de produção de mercadorias; mas dominados pela ideia do labor diário, não conseguimos imaginar uma nova sociedade emancipada do trabalho. Já em 1880, Paul Lafargue publicara seu *Direito à preguiça*, onde criticava os movimentos operários por reivindicarem o trabalho como um direito; em sua ótica, o trabalho deveria ser uma atividade de libertação do homem, mas o que ele via, e ainda vemos na atualidade, é a escravização em nome do trabalho: os que trabalham não conseguiam se dedicar ao lazer, ao estudo, ao prazer e desfrute da vida. O quadro pouco difere da contemporaneidade.

Trabalhamos demais para produzir demais e consumir, em nível planetário, em excesso – tudo para manter a roda da economia girando. Mas esse paradigma de produção, consumo e descarte não pode mais ser perpetuado: o efeito estufa e o esgotamento dos recursos planetários são resultado direto daquele paradigma. A emancipação do trabalho e a causa ambiental são duas facetas de uma mesma causa, a luta para a libertação da sociedade do sistema capitalista.

Na cena final do filme *Koyaanisqatsi: vida em desequilíbrio*, Godfrey Reggio filma o lançamento de um foguete, que explode momentos depois de iniciado o voo. A metáfora é explícita: assim como aquele foguete, a sociedade humana tem diante de si uma longa viagem, mas que pode ser abortada muito antes do planejado se nada for mudado...

Sugestões de leitura para o Primeiro de Maio:

Paul Lafargue – *O direito à preguiça*. Lisboa: Editorial Teorema, 1991

Bertrand Russell – *Elogio ao Ócio*. São Paulo: Sextante, 2002

Grupo Krisis – *Manifesto contra o trabalho*. Lisboa: Antígona, 2003.

Reeleita chapa no Sindicato dos Bancários

Com a maioria absoluta dos votos, Leandro Spezia foi reeleito para presidente do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Blumenau e Região (SEEB). Ao todo, o Sindicato registrou a participação de 783 votantes. A chapa "Organização e Luta para Conquistar Cada Vez Mais" recebeu 764 votos. Foram 14 votos brancos e cinco nulos. Para os próximos anos, a preocupação da direção eleita é essencialmente com a saúde do trabalhador e com as condições de trabalho. Além disso, as prioridades da entidade estão concentradas nos eixos: formação, organização e luta. Para isso o Sindicato busca ampliar ainda mais a aliança com demais entidades combativas de luta dos trabalhadores, assim como a aproximação com movimentos sociais e a autonomia perante governos, patrões e partidos políticos. (Informações jornalista Magali Mose)

Sinsepes tem novas dirigentes

Na assembleia do dia 06 de abril, foram eleitas novas dirigentes sindicais para a diretoria do Sinsepes. A professora do Departamento de Direito, **Ivone Fernandes Morcilo Lixa**, assume a Diretoria Jurídica e a professora **Nevoni Goretti Damo**, professora do Departamento de Ciências Farmacêuticas, a Diretora de Formação e Saúde. Já a servidora técnica-administrativa, **Laurete Maria Ebel Coletti**, assume a 1ª Secretária.

Ônibus intermunicipais

Uma série de audiências públicas em cidades do Vale do Itajaí vai debater e deliberar sobre o polêmico projeto da prefeitura de Blumenau que pretende proibir a circulação de ônibus intermunicipais nos corredores exclusivos da cidade – ainda em fase de implantação. A decisão saiu da audiência sobre o tema realizada em março na Câmara dos Vereadores.

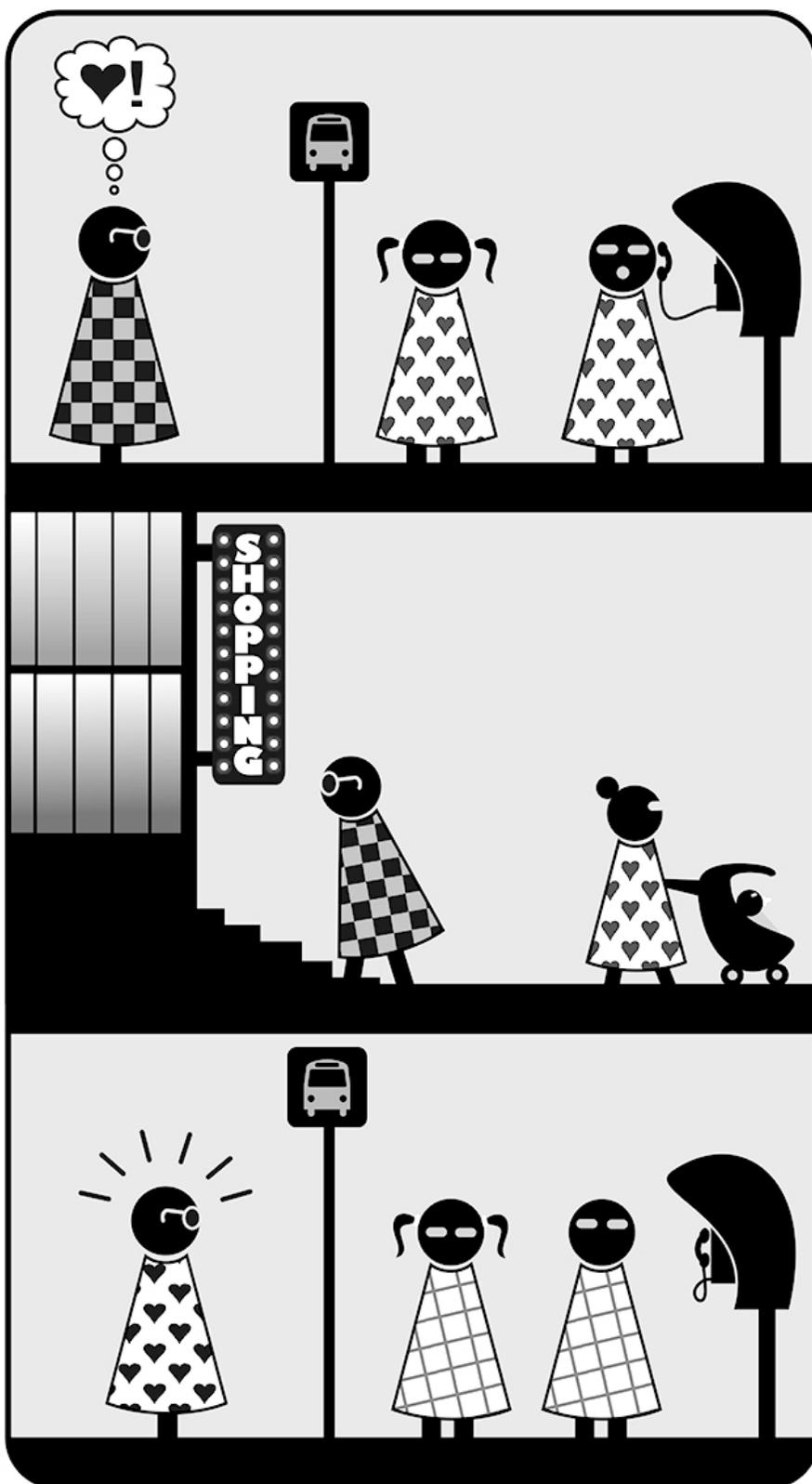
O Seterb, órgão de trânsito e transporte do governo municipal, argumenta que a medida melhoraria o tráfego e diminuiria a poluição do ar na cidade. Garante que a tarifa seria única para toda a região – sem aumento, disseram.

O Sindicato dos Trabalhadores do Transporte Coletivo Urbano (Sindetranscol) teme pela falta de estrutura dos terminais, que segundo a entidade não daria conta de um aumento substancial de passageiros.

Presente na audiência, o Daclobe declarou preocupação com os estudantes que moram em cidades vizinhas e vem de ônibus para a Furb. Para o diretório, o aumento do tempo de viagem, com paradas em terminais, pode levar estudantes a abandonar cursos - ou a vir de carro e moto, piorando ainda mais o trânsito na região.

As obras dos corredores exclusivos de ônibus são um importante passo para melhorar a mobilidade urbana em Blumenau e região. Mas os detalhes deste complexo projeto precisam ser debatidos com especialistas e a população interessada afim de que, em alguns anos, tenhamos na cidade, de fato, um sistema de transporte público exemplar, eficiente e democrático (Informações Assessoria da Câmara de Vereadores)

Charge do Charles



ASNEIRADADOMÊS

“Não me canso de ouvir empresários reclamando da falta de mão de obra. Nos mais diversos setores, o assunto do momento é a dificuldade de conseguir funcionários e manter os que já estão contratados. (...) O índice de desemprego no país é de 6%. Imagino que sejam os 6% que mamam felizes nas tetas dos benefícios governamentais, já que emprego e oportunidade para capacitação não faltam. Já passou da hora do governo federal rever as regras para o seguro desemprego. É necessário um mecanismo para só conceder o benefício aos que, de fato, buscam trabalho e não optam pelo comodismo.”

Francisco Fresard, colunista do Jornal de Santa Catarina, na nota “Revisem o seguro desemprego”, publicada dia 15 de março, apoiando o chororô empresarial, que SEMPRE culpa os trabalhadores pelas crises geradas pelo próprio acúmulo de capital.

Vitória da Educação

Contestada pelo governo de Santa Catarina e mais quatro estados desde a sua aprovação, em 2008, a Lei do Piso Nacional do Magistério foi considerada constitucional pelo Supremo Tribunal Federal no início de abril.

Até a decisão, o governo catarinense incorporava ao salário dos professores benefícios como regência de classe e vale-alimentação. Assim, chegava ao mínimo exigido (hoje de R\$ 1187,00 por 40 horas semanais).

Agora, Santa Catarina está obrigada a pagar seus professores de maneira digna.

O STF, às vezes, acerta.

O mundo encantado de Luiz Carlos Prates

Há alguma coisa errada com a Furb, quando os próprios estudantes convidam Luiz Carlos Prates para palestrar. O que ele tem para ensinar aos nossos alunos?

No mundo encantado de Prates, todas as questões da sociedade são resolvidas somente com uma palavra: Autoridade. Por isso, apesar dos seus neologismos ou pretensa erudição, ele diz sempre a mesma coisa. Como resolver o problema da educação: Porrada! Como resolver o problema da violência urbana: Porrada! Como resolver a pobreza? Porrada! Trânsito? Porrada! Palestina? Porrada! Homossexualidade? Porrada! Porrada! Porrada! Porrada!Porrada!Porrada!

Por mais trágico que possa ser, não é de se surpreender que da palestra promovida pelo DCE tenha surgido um ato público de homofobia. Afinal, como bons alunos, os presentes repetiram o que Prates lhes ensinou.

Prevenção de desastres e ocupação do solo urbano

POR JACQUELINE SAMAGAIA, Doutora em Geografia e professora do curso de Serviço Social da FURB <jacquegaia@gmail.com>

Os desastres fazem parte da realidade de Blumenau e região. É o que aponta estudo feito por pesquisadores – a maioria vinculados à FURB – intitulado *Água, Gente e Política*, lançado no início de 2010. O conceito de “desastres sócio-ambientais” utilizado pelos pesquisadores para designar eventos como o que ocorreu na região em 2008 denota que os mesmos são produtos de uma soma de elementos: naturais, sociais e políticos.

Então, se vamos conviver com desastres, ou melhor, se passamos a nos dar conta finalmente de que a região, desde os primórdios de sua ocupação, está sujeita a desastres de maior ou menor intensidade, temos de aprender de alguma forma a viver com isso, e, sobretudo, a nos proteger. Isto implicaria na elaboração de políticas que fossem suficientemente sérias e consistentes para o enfrentamento da questão. Mas ainda estamos longe disso. É o que se percebe nas imagens cotidianas e nas ações e desdobramentos desde o desastre de 2008, que foi um dos que mais duramente nos atingiu.

Um importante estudo das localidades há muito já conhecidas em Blumenau como “áreas de risco” foi completado em 2007, antes mesmo do último desastre, com financiamento do Ministério das Cidades, e uma equipe de geógrafos, geólogos, engenheiros e técnicos de defesa civil. O estudo se intitula *Mapeamento das áreas Suscetíveis a Escorregamentos em Blumenau-SC*, e poderia respaldar as ações necessárias para prevenção dos desastres se tivesse, já na época, sido levado a sério como deveria. Ocorre que o mesmo teve uma importância menor naquele momento, quando havia sido esquecido o risco eminente de possíveis desastres na região. Foi valorizado só depois do ocorrido, quando muito já havia sido perdido. E assim ocorreu com outros estudos realizados por pesquisadores locais, divulgados e engavetados, o que evidencia o descaso com o saber científico e acadêmico, que poderia dar sustentação para políticas públicas eficientes.

O estudo mencionado acima serviu como base para algumas investidas da administração pública municipal no pós desastre de 2008. Uma delas foi a intervenção realizada no Morro do Artur no início deste ano, quando a Defesa Civil do município, numa tentativa de “proteger os moradores” dos possíveis efeitos de desastres sobre áreas de maior risco, invadiu a comunidade demarcando as casas que precisariam ser desocupadas, adotando uma estratégia de convencimento rápido dos moradores para assinarem uma permissão de desmanche

de suas moradias, deslocando os mesmos e suas famílias para abrigos precários em escolas e galpões. Os moradores resistiram, é claro, levando em conta que alguns já moram há muitos anos no local, o qual acreditam ser seguro.

Com base no estudo das áreas de risco e no volume de chuvas na região, alguma atitude precisaria ser tomada. Mas a forma como foi realizada a ação assusta. Analisando

Se finalmente passamos a nos dar conta de que a região, desde os primórdios de sua ocupação, está sujeita a desastres, temos de aprender de alguma forma a viver com isso, e, sobretudo, a nos proteger

do ponto de vista técnico mesmo, trata-se de uma péssima estratégia de “proteção” e prevenção. Como as pessoas podem ser protegidas se elas mesmas não acreditam na possibilidade de risco. “Que risco é este?”, perguntou um dos moradores da área, indignado com a forma como foi conduzida a operação. O relato do morador aponta para um sentimento de indignação com relação à forma com que foram tratados os moradores, chefes de família, perante seus filhos, que assistiam a tudo um tanto perplexos.

NOÇÃO DE RISCO

Perante fatos como este, observa-se que a noção de risco precisaria ser urgentemente trabalhada e discutida, mas de forma cidadã, partilhando conhecimentos, instruindo os moradores de tais áreas – que são muitos – para que os habitantes da cidade pudessem dominar a discussão e propor saídas condizentes à suas necessidades, com recursos disponíveis e com possibilidades estabelecidas nas legislações e nas políticas. O Estatuto das Cidades, por exemplo, possibilita desapropriações de áreas para fins de moradia popular para famílias de baixa renda, instrumento pouco utilizado pelas administrações públicas. Aqui, a professora Claudia Siebert, junto com grupo de alunos da FURB, mapeou terrenos que poderiam servir a esta função, bem localizados, próximos de infraestrutura urbana. Porém, os terrenos escolhidos para alocar os projetos do Programa federal Minha Casa, Minha Vida, que foram construídos para abrigar os atingidos pelo desastre de 2008, estão localizados em áreas bem longínquas, onde os equipamentos urbanos são, em sua

maioria, escassos. E lá vai o Estado despender mais recursos para colocar infra-estrutura! Um destes condomínios inclusive está próximo ao Morro do Artur, no Progresso – que já foi, como visto, apontado como área restrita à ocupação.

“OS DE FORA”

A situação habitacional em Blumenau é complicada. O desastre agravou e trouxe à tona esta problemática. Diversas localidades encontram-se em áreas de risco, em situação de alguma forma “irregular”, sujeita a várias dificuldades. Através de um Programa de Extensão da FURB (Assessoria e Capacitação Comunitária), atuamos em algumas destas comunidades. Os moradores mais atingidos pelos desastres sabem o quanto foram historicamente abandonados pelo Estado no sentido da provisão de equipamentos urbanos e infra-estrutura condizente à suas necessidades. Foram anos de luta e organização para reivindicar algo como uma estrada de acesso melhor, telefones, uma praça, uma unidade de saúde. Pouco se conseguiu e tudo com muita dificuldade, como relatam algumas lideranças destes locais.

Os desastres trouxeram estas comunidades à cena pública, mas da forma mais perversa. Tratados como “invasores” muitas vezes, ou como “os de fora”, pouco se discutiu sobre a responsabilidade do Estado, a falta de políticas públi-

A política de habitação exige participação popular, que deve se dar através da elaboração de Planos Diretores e outros fóruns possíveis de debate que estão aos poucos sendo construídos

cas que possam fazer o enfrentamento correto desta situação ou então os baixos salários que imperam no Brasil (e Blumenau não é diferente), que determinaram o agravamento desta situação. Em sua maioria, conforme pesquisa levantada em algumas destas localidades, constatamos tratar-se na maioria de trabalhadores que atuam na própria cidade: vigilantes, operários têxteis, construtores, garçons, pedreiros, costureiras, empregadas domésticas. Trabalhadores que contribuem com o desenvolvimento da cidade e, portanto, cidadãos de direito, estes sujeitos são duplamente vitimiza-

dos, tanto pelo modelo econômico adotado, como pela ação – ou falta dela – do poder público.

De um modo geral, esta situação decorre, sobretudo, da falta histórica de uma política de habitação no Brasil que respondesse concretamente à necessidade de moradia, sendo que a mesma está garantida na Carta Constitucional. Esta política chegou finalmente, mas com muitos anos de atraso e uma enorme demanda reprimida, portanto com muita dificuldade para ser implantada.

PARTICIPAÇÃO POPULAR

Uma importante situação a ser observada no âmbito desta política é o fato dela exigir a participação popular em sua elaboração, que deve se dar através da elaboração de Planos Diretores nos municípios, Planos de Habitação de Interesse Social e outros fóruns possíveis de debate que estão aos poucos sendo construídos. Esta prerrogativa está fundamentada no próprio Estatuto das Cidades, que em seu capítulo IV, “Gestão Democrática da Cidade”, diz: “Os organismos gestores das regiões metropolitanas e aglomerações urbanas incluirão obrigatória e significativa participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade, de modo a garantir o controle direto de suas atividades e o pleno exercício da cidadania”. No entanto, observa-se, tanto aqui como em grande parte das cidades brasileiras, que esta condição de cidadania tão almejada por um país que viveu longos anos de ditadura aparece-nos muito mais como um desafio. Ninguém sabe como elaborar ou conduzir processos legitimamente participativos. O que vemos, quando muito, é ainda uma pseudo-participação, onde os espaços “oferecidos” para a população se manifestar são restritos e controlados de alguma forma.

Assim, as formas de abordagem dos desastres, bem como das políticas urbanas que poderiam sinalizar formas de enfrentamento de seus efeitos nefastos, precisam ser melhor organizadas e socializadas com as populações, instrumentalizando-as para o enfrentamento da situação à qual nos encontramos.

É preciso mudar com urgência a forma de conduzir estas ações a partir da compreensão necessária de suas causas e das possibilidades já existentes de condução de políticas eficientes, que venham dar respostas efetivas para a população. Senão, ao invés de oferecer proteção, o Estado – e parte da sociedade – criminaliza os moradores das áreas de risco, fazendo recair sobre os mesmos o ônus da incompetência histórica dos dirigentes do Estado para lidar com tais situações.

O MST para além de estereótipos e deturpações

O FUTURO ESTÁ NA PRODUÇÃO ORGÂNICA



Conheça a CooperDotchi, a cooperativa agrícola do norte catarinense que usa a coletividade como meio de resistência para famílias rurais

POR **MAGALI MOSER**, jornalista responsável do Sindicato dos Bancários de Blumenau e Região (SEEB) e Sindicato dos Trabalhadores em Indústrias de Fiação e Tecelagem de Blumenau, Gaspar e Indaial (SINTRAFITE)

Na entrada do assentamento, a placa dá as boas-vindas ao visitante: “O futuro está na produção orgânica”. Ao lado da frase, o símbolo do Movimento Sem Terra (MST) identifica a área de 51 hectares, em Araquari, na região norte catarinense, a 20 quilômetros de Joinville. O local que abriga dez famílias é um dos 18 assentamentos produtores de alimentos para a Cooperdotchi, a cooperativa do MST que leva frutas e verduras sem agrotóxicos para a mesa de escolas públicas e entidades sociais da região. Criada em 2006, a entidade envolve 500 famílias e se consolida a cada ano a partir dos ideais de solidariedade e cooperação, contrariando a lógica capitalista. Não só garante a subsistência dos indivíduos, como possibilita investimentos para ampliar a própria cooperativa. As metas para este ano são audaciosas: aumentar a produção, que no ano passado chegou a 600 toneladas in natura, e partir aos poucos para a industrialização dos alimentos, a fim de evitar o desperdício. Ao todo, o MST conta com dez cooperativas em Santa Catarina.

O principal movimento social de luta pela reforma agrária desde a década de 1980 tem nas cooperativas uma estratégia coletiva de organização da produção nos assentamentos. Um dos desafios da Cooperdotchi é a conquista do selo de certificação na linha agroecológica, partilhado do método de certificação participativa da Rede Ecovida. Em Araquari, uma das mudanças adotadas visando a certificação é o plantio de ervas medicinais entre a estrada de chão, que leva ao assentamento e às áreas de produção. A planta popularmente conhecida como “Mão de Deus” cria uma barreira entre a estrada e a plantação, impedindo que o pó contamine os alimentos cultivados. O assentamento de Irineópolis já obteve a certificação. A meta é assegurar o título para todos os assentamentos ligados à Cooperdotchi e, assim, facilitar a comercialização dos alimentos colhidos nas propriedades. Para isso, o trabalho já começou, com o uso de biofertilizantes e adubos orgânicos, fabricados principalmente com dejetos de animais, e fundamentalmente produzidos nas propriedades dos assentados.

Chegar aos supermercados também é estratégia da cooperativa, mas, na avaliação dos associados, o processo pode tornar os agricultores reféns dos sistemas de produção

Também acontecem atividades coletivas de formação dos agricultores.

A coordenação do setor de compra e venda e a tesouraria da cooperativa têm à frente João Guilherme Zeferino. Durante 12 anos ele morou debaixo de lona com a mulher Delize e os dois filhos à espera de um pedaço de terra. Aos 48 anos, não tem dúvida de que valeu a luta e está otimista com a cooperativa que ajudou a fundar.

“É uma garantia de renda mensal. Muitos agricultores não sobrevivem tendo de pagar água e luz todo o mês, com uma safra a cada seis meses. O cooperativismo tem

As cidades que integram a Cooperdotchi:

Araquari	Rio Negrinho
Bela Vista do Toldo	Santa Terezinha
Canoinhas	Taió
Garuva	Vidal Ramos
Irineópolis	Timbó Grande
Itaiópolis	Matos Costa
José Boiteux	Santa Cecília
Mafra	São Bento do Sul (com pequenos agricultores).
Monte Castelo	
Papanduva	

As cooperativas do MST em Santa Catarina:

Cooperdotchi – Rio Negrinho
Cooperunião – Dionísio Cerqueira
Cooperoeste – São Miguel D'Oeste
Cooperal – Abelardo Luz
Coopercontestado – Fraiburgo
Coopertel – Ponte Alta
Cooptasc – Chapecó
Coopermock – Água Doce
Cooproeste – Lebon Régis
Cooperativa Central de Reforma Agrária (CAA) - Chapecó

A Cooperdotchi:

A Cooperdotchi tem o apoio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em parceria com a Cooperativa dos Trabalhadores da Reforma Agrária de Santa Catarina (Cooptasc), que disponibiliza no convênio de ATES, para assistência técnica na região, 7 técnicos em agropecuária, 1 técnico administrativo, 3 agrônomos, 1 Veterinário e 1 Administrador. A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e o Ministério de Desenvolvimento Social (MDS) também apoiam a entidade.

se mostrado a única saída para os pequenos produtores se manterem no campo", afirma.

Das dez cooperativas do MST em Santa Catarina, metade, incluindo a Cooperdotchi, utilizam a marca registrada Terra Viva, possível de ser encontrada em grandes mercados. A Cooperdotchi comercializa em média uma variedade de 25 produtos, entre cenoura, beterraba, repolho, brócolis, alface, laranja, banana, maçã... O objetivo para os próximos anos é profissionalizar os agricultores em uma área de produção específica, para assegurar a diversificação dos produtos durante todo o ano.

A lei nacional de 2009 que torna obrigatória a aquisição de 30% da merenda escolar como proveniente de agricultura familiar fortalece o trabalho da cooperativa. Em algumas cidades do litoral catarinense, a escassez da atividade agrícola têm dificultado o cumprimento da lei. A Cooperdotchi já tem contrato com os municípios de Rio Negrinho, Piçarras e São Bento do Sul. Nesta última, com previsão de aumentar essa porcentagem de 30% para 40%. As negociações estão avançadas em Balneário Camboriú, Barra Velha, São João do Itaperiú, Joinville, Araquari e Garuva.

Além das escolas públicas, um outro cliente da cooperativa é o governo federal, através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) executado pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), que assegura a compra de alimentos para entidades cadastradas, geralmente assistenciais, como hospitais e Apaes. Chegar aos supermercados tradicionais, como pontos de venda, também é estratégia da cooperativa, mas com ressalvas. Na avaliação dos associados, o processo pode

tornar os agricultores reféns dos sistemas de produção, o qual força a produzir em grandes escalas e vender a partir da "lei de oferta e procura" grandes quantidades de produções por pequenos preços, "escravizando-os".

"Não queremos produzir em escala industrial. Se não, o agricultor vai virar um trabalhador de fábrica, escravizado a horários pré-determinados. A intenção é mantê-los no campo com qualidade de vida", argumenta Zeferino.

Localizada em região privilegiada, com a vantagem de um clima ameno, capaz de garantir a produção durante todo o ano, a Cooperdotchi, ao contrário das outras cooperativas do MST no Estado, beneficia-se da instalação próxima a grandes centros urbanos, com a facilidade de escoamento dos produtos.

A cooperativa leva no nome uma homenagem ao companheiro Dolcimar Luiz Bruneto, conhecido como Dotchi, que faleceu em um acidente durante a entrega de verduras da cooperativa. A estrutura é simples: escritório, unidade de separação de alimentos e dois caminhões mais uma picape para a distribuição dos alimentos. A Central de Distribuição da Cooperativa fica em São Bento do Sul, em um galpão onde funcionava uma fábrica de móveis, hoje adaptada para recebimento e manuseio dos alimentos. Os trabalhadores – todos assentados do MST – separam e organizam os produtos para distribuição nas escolas e entidades.

"Com a cooperativa, melhorou bastante para nós. Há um tempo atrás, a gente produzia só para comer, agora tem a certeza da renda" comemora Isaías Ribeiro, 25 anos, um dos sócios da cooperativa, há 11 anos em assentamento do MST.



As famílias moradoras do assentamento em Araquari estavam acampadas em Garuva. Entre elas, a do agricultor Verildo Zucco, 52 anos. Natural do Rio Grande do Sul, ele mora com a esposa e dois filhos na propriedade.

"Trabalhei durante muito tempo da minha vida como arrendatário, de forma individual. Só enxergava o dinheiro a cada seis meses. Com a cooperativa melhorou 100%", avalia.

A Cooperdotchi surgiu para facilitar a distribuição e comercialização dos alimentos. Os primeiros dois anos foram de burocracia, para deixar a casa em ordem, com todas as exigências de procedimentos jurídicos necessários. Nos anos seguintes, o salto foi inevitável e, hoje, a cooperativa reúne 96 sócios. Entre as intenções da coordenação está a ampliação do número de associados. Mas o trabalho é feito em paralelo à capacitação e formação de consciência dos agricultores. Tudo isso para não perder a identidade coletiva que faz o MST ser conhecido mundialmente como principal movimento pela luta da terra e justiça social.

Criada e cultivada de maneira orgânica, produção abastece escolas, hospitais e Apaes da região (Fotos: Magali Moser)

A solidariedade econômica no Brasil

POR VALMOR SCHIOCHET, professor Doutor do Mestrado em Desenvolvimento Regional e Coordenador do Grupo de Pesquisa – GEPESOL <valmor@furb.br>

Experiências de cooperação econômica como a relatada na matéria da jornalista Magali Moser vêm se disseminando pelo território nacional nas últimas duas décadas. A economia solidária é um fenômeno recente cujas razões de seu surgimento e expansão estão em análise. No caso brasileiro, penso que ela foi resultado histórico da forma como a "questão social" se apresentou na década de 1990. Isto é, da contradição entre a trajetória dos movi-

mentos sociais, o reconhecimento de sua importância na constituição de uma sociedade civil ativa e na institucionalização de esferas e políticas públicas (construção democrática de base) e, por outro lado, a incapacidade de construção de uma ordem econômica capaz de assegurar de forma substantiva a cidadania ampliada requerida pelo processo de democratização. Assim, ao lado dos avanços democráticos foi emergindo uma profunda crise

social que afetou dramaticamente o mundo do trabalho (os trabalhadores) e a situação social e econômica dos setores populares (exclusão social).

Neste contexto, a economia solidária surgiu como uma nova maneira de enfrentar a crise por meio da articulação entre democracia radical e economia. As exigências "econômicas" da economia solidária reforçaram os princípios políticos dos movimentos e organizações da sociedade civil (autonomia e autogestão, por exemplo) e, por sua vez, houve uma crescente "politização" da economia solidária na perspectiva de sua incorporação na agenda do Estado (políticas públicas) e na sua visibilidade pública como uma nova questão para a esfera pública. Assim sendo, constatamos uma trajetória de crescente ampliação da atuação de governos no apoio à economia solidária.

No atual contexto de ampliação das relações de trabalho capitalistas (emprego) a economia solidária avança na organização econômica dos camponeses, das comunidades e povos tradicionais, dos artesãos, dos coletores de material reciclável e das pessoas em desvantagem social.

A FURB está inserida neste contexto a mais de uma década. A Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) e o Núcleo de Pesquisa sobre Economia Solidária, Trabalho e Desenvolvimento Regional têm sido os principais espaços acadêmicos de elaboração e atuação neste amplo campo de possibilidades emancipatórias.



Reprimida há séculos por déspotas avalizados pelas potências ocidentais, população de países do Norte da África e do Oriente Médio surpreende o mundo e ganha as ruas, derruba ditaduras e clama por justiça, liberdade e democracia

A reviravolta do povo árabe

Quando ainda era um jovem universitário no Marrocos, nos anos 1980, o professor Mohamed Amal, que ensina na Furb, já experimentava os mesmos sentimentos que fizeram parte da recente explosão de revoltas populares em diversos países do Oriente Médio e Norte da África: “Sentia uma grande restrição para a livre expressão, e isso era comum na maioria dos países árabes. Lembro de me perguntar: ‘Serão estes governos eternos? Verdadeiros representantes de Deus?’”.

Em 2011, na Tunísia e no Egito, ditaduras que pareciam de fato imortais (23 anos de Ben Ali no primeiro, 30 de Hosni Mubarak no segundo) foram derrubadas após longos e intensos protestos que tomaram as ruas das principais cidades dos países pedindo democracia, justiça, soberania nacional e liberdade. Na Líbia, a ampla revolta pelo fim dos 42 anos do governo ditatorial de Muammar Kadhafi e a negativa dele em deixar o poder em paz – pelo contrário, matando civis – desencadearam em uma guerra civil iniciada oficialmente em 19 de março, com a oposição apoiada principalmente

por França e Reino Unido – que, mais do que em prol de uma eventual democratização, bombardeiam o solo do país africano de olho nas qualidades geopolíticas e nos 1,7 milhão de barris de petróleo que todo o dia são produzidos ali. Na Síria, Bahrein e Iêmen, violentos protestos também aparecem nos noticiários dia após dia.

Esta extensa rebelião nos países árabes é vista por Amal como o mais marcante evento da História mundial desde a queda do Muro de Berlim. Mas qual a motivação dessa onda de revoltas? “Os povos árabes vivem há séculos sob forte despotismo. A falta de perspectivas fez com que os jovens, que são maioria nesses países, surpreendessem partidos políticos e organizações que se diziam revolucionárias e tomassem o comando dessas mudanças”, afirmou o professor na mesa-redonda “Implicações Políticas das Transformações do Mundo Árabe”, promovida pelo Centro de Ciências da Educação da Furb em março, no Auditório do Bloco J.

Além do marroquino, mais dois professores da FURB conversaram sobre o tema com estudantes e trabalhadores da Universidade: o sociólogo argentino Luciano Félix Florit e o especialista em política internacional Jorge Gustavo Bar-

bosa de Oliveira. O papel da mídia – das tradicionais ao *Facebook* e *Twitter* –, a ação das potências mundiais na região e as possibilidades de democratização das nações envolvidas foram alguns dos eixos em que o debate ocorreu.

Na Tunísia, Egito, Líbia e outros países, jovens sem perspectivas clamaram por liberdade, soberania nacional e justiça, trazendo uma série de possibilidades para o mundo árabe e suas relações com o Ocidente

DEMOCRATIZAR?

Na Tunísia e no Egito, o povo teve êxito em derrubar ditadores sem sofrer a mesma violência vivida na Líbia. Os exércitos não reprimiram a população revoltosa, garantindo um andamento mais pacífico ao processo – os militares egípcios assumiram o governo provisório no país; prometem, porém, não permanecer no poder. Em ambos os países, há agora promessas de eleições livres ainda em 2011. Às reivindicações políticas foram incluídas pautas econômicas e sociais, pedindo salários dignos (na Tunísia, o mínimo é 20 vezes inferior à média europeia), planos habitacionais e melhores condições de trabalho. Antes cerceados pela repressão da ditadura, os trabalhadores podem agora lutar, com menos medo, por uma vida melhor.

Para o professor Florit, a democracia exige quatro pontos principais, esclarecidos na mesa-redonda: a) uma legislação democrática e uma cultura política que preze a democracia; b) liberdade individual, com autonomia de pensamento; c) relativismo cultural, formas distintas de entender o mundo, sem necessidade de consenso; e d) rotinas institucionais confiáveis – “um problema que ainda existe no Brasil”, pontuou o sociólogo, que também questionou: “Será que o modelo democrático é o único modelo ideal, válido para todas as culturas? É preciso pensar nisto também”.

JOGO INTERNACIONAL

A Líbia acabou servindo de exemplo para a demonstração militar das potências, que meses atrás elogiavam e mantinham relações estreitas com o governo Kadhafi (a exemplo do que ocorria com Mubarak). O país, cuja sociedade civil foi mais fragilizada

pelos séculos de despotismo, virou solução fácil para a crise econômica dos países europeus. A truculência do ditador, conhecido por enterrar vivos adversários políticos, era, até antes dos protestos populares, ignorada pela mídia ocidental. Agora, é motivo extra, e dos bons, para ir à guerra. “A Líbia é uma boa alternativa ao Oriente Médio para garantir abastecimento de petróleo. E os bombardeiros britânicos e franceses estão destruindo toda a infraestrutura do país. Quem ganhar a guerra vai financiar a reconstrução do país”, explicou o professor Jorge Gustavo, que relatou durante o debate a longa história de intervenções estrangeiras na região.

A maioria dos governos dos países envolvidos nessa onda de revoltas populares mantinha, há décadas, relações mais que amistosas com os Estados Unidos e a Europa, inclusive com a presença de bases militares em seus territórios. A possibilidade de que governos bem menos alinhados ao Ocidente sejam eleitos em nações estratégicas no jogo de poderes mundial é o principal receio dessas potências. “Se o Egito conseguir de fato ter um governo democrático, a questão da Palestina deve ganhar nova dimensão”, previu Jorge Gustavo.

PAPEL DAS MÍDIAS

Os meios de comunicação tiveram um papel importante nas transformações recentes no Oriente Médio e Norte da África. Telefones celulares e redes sociais como o *Facebook* e o *Twitter* se transformaram em ferramentas de divulgação de fatos e mobilização popular. Na Líbia, os rebeldes recentemente fundaram um canal de televisão, demonstrando conhecimento do poder que a difusão de informação pode proporcionar. Para Mohamed Amal, a mídia é um dos principais motivadores do que acontece na região. “Muitos chamam estes eventos de ‘Revolução da Al-Jazera’ (rede de televisão árabe que transmite para mais de 100 países), por que na maioria dos países da região só há a tevê do Estado. A questão da mídia e sua independência das autoridades é central para mim: ela mede o grau de liberdade de uma sociedade”, afirmou o marroquino.

Para Jorge Gustavo, as redes sociais aumentaram ainda mais a diversidade de informação e opinião. “É preciso que cada sociedade promova o máximo de diversidade e contradição. Não há uma só verdade, mas várias interpretações. Quando há apenas uma verdade, estamos falando de totalitarismo”, afirmou o professor.

“OS OUTROS SEGUIRÃO!”, diz o título da arte de Khalid Albaih, artista e fotógrafo do Catar, se referindo ao início das revoltas, na Tunísia. Veja mais obras dele no endereço

www.flickr.com/photos/khalidalbaih

Khalid Albaih

FSM Dakar 2011: Outra África é possível

POR OSÍRIS DUARTE, jornalista <osi_duarte@hotmail.com>

Certas surpresas nos levaram a questionar determinados critérios que antes validavam opiniões, posturas políticas e análises críticas. O Fórum Social Mundial (FSM) 2011, em Dakar, capital do Senegal, realizado de 6 a 11 de fevereiro, se mostrou, já no segundo dia de atividades – 7 de fevereiro – como uma dessas surpresas capazes de mudar nossa maneira de analisar os fatos e fazer uma crítica. A abertura realizada no dia 6 teve apenas como programação oficial a tradicional passeata de abertura do evento, que contou com aproximadamente mil pessoas.

O impacto causado pelo número imenso de africanos, mais de 20 mil só no segundo dia (fora os mais de 40 mil estudantes da Universidade Cheikh Anta Diop de

Dakar – que devido a uma repentina mudança de reitor e de política de gestão às vésperas do FSM, manteve as aulas e restringiu o número de salas disponíveis no campus para o evento internacional), somado a um contingente enorme de militantes, intelectuais e ativistas de movimentos sociais de todas as partes do mundo, aglomerados em um espaço caótico e desorganizado, passou de um misto de suplício e decepção para a constatação do que há de mais relevante na realização de um evento como esse: a necessidade de humanidade que vence as barreiras da dificuldade estrutural e redesenha as formas de organização de movimentos civis na busca pela autonomia, equidade e liberdade.

O que saltava aos olhos dentro da enorme universidade de Dakar,

com estruturas sujas e carcomidas que abrigam estudantes de vários países da África, não eram as falhas, mas sim a vivacidade nos olhos dos africanos presentes no FSM. A vontade de quem carrega uma herança guerreira que perdura na forma como eles se dedicaram e participaram do evento se traduzia no brilho no fundo dos olhos de cada africano presente.

Os problemas na organização e estrutura de acampamento, alimentação e comunicação, além da dificuldade de acesso ao credenciamento não tiraram o brilho intenso do evento, conferido pelos olhos desse povo negro e forte, carregado de presteza e orgulho. Isso podia ser comprovado em frente à biblioteca da universidade, onde, de megafone em punho, alunos bacharéis de diversos cursos protestavam com

uma firmeza de assustar contra a proposta de privatização do ensino superior, apresentada pelo governo senegalês.

O estudante de Letras e voluntário intérprete do FSM, Alioune Badara Soumboundou, é quem explica a situação. “Aqui é uma das poucas e melhores universidades públicas da África” afirmava o estudante, em inglês. Alioune, assim como quase todos os africanos em Dakar com quem pude partilhar, é de uma presteza sem igual com todos os estrangeiros. Eles achavam os lugares, traduziam as conversas e carregavam a bagagem dos gringos sem aceitar um “não” como resposta. Tudo isso com um sorriso e um ar de benevolência inexplicável e indescritível, que conferiu a esse Fórum Mundial Social uma aura de esperança.

Estudantes protestaram ao longo de todo o Fórum. Na faixa acima, lê-se em francês: “Desde que a causa seja nobre, nós nos engajamos” (Fotos: Osiris Duarte)



EXPOSIÇÃO NA FURB

Osiris Duarte traz ao saguão do Bloco A do Campus I da Furb, de 14 a 23 de abril, uma exposição sobre o Fórum Social Mundial de Dakar.

Na abertura, dia 14, às 20h, o jornalista estará presente para um bate-papo com os visitantes

A luta dos movimentos sindicais e do povo africano

As impressões que ficam em relação ao Movimento Sindical pelo mundo não divergem muito da realidade que se vivencia no Brasil. O Fórum Social Mundial em Dakar se mostrou um grande espaço de protestos com razões similares às que tomam corpo no Movimento Sindical e Social brasileiro.

Além dos tunisianos e egípcios, que devido à luta por libertação de regimes ditatoriais em seus países foram o foco das atenções durante o FSM, os motivos de luta e organização da grande maioria dos movimentos civis organizados são os mesmos. Questões como direitos trabalhistas, aumento de remuneração e saúde do trabalhador parecem ser uma pauta comum aos sindicatos do mundo inteiro. Protestos

contra a falta de políticas sociais e de liberdade ocorreram todos os dias. O discurso anticapitalista também permeou grande parte dos debates no Fórum, seguindo assim a tônica habitual do evento em todas as dez edições anteriores.

Kabbaj Mohamed Larbi é membro da principal Central Sindical do Marrocos, a UGTM. Para ele, os marroquinos têm muito a aprender com os brasileiros. Assim como Kabbaj, sindicalistas de Guiné Bissau, Senegal e Tunísia afirmam o mesmo. Nos relatos coletados durante o evento pode-se sentir o respeito conquistado pela luta do movimento sindical e social dos brasileiros ao longo das décadas. Kabbaj afirma que, mesmo com uma melhora nas condições de trabalho e renda para

os trabalhadores marroquinos, a luta deve se intensificar. A fala do sindicalista do Marrocos, país com condições de trabalho longe de ideais, mas acima da média africana, representa uma necessidade idêntica na manutenção da luta dos trabalhadores no Brasil.

Por isso o discurso se aplica à realidade catarinense e brasileira de forma tão adequada, já que mesmo com os atuais indicadores positivos da economia, muitos direitos trabalhistas têm sido desrespeitados pela classe patronal no Brasil. A importância da militância e da participação mais ativa dos trabalhadores para garantir que não haja retrocessos nas conquistas da classe trabalhadora brasileira é mais do que importante, é fundamental.

Assembleia do FSM: conclusões e constatações

A Assembleia dos Movimentos Sociais, momento máximo que aglutina o conjunto das entidades sindicais, estudantis, camponesas, comunitárias e femininas no Fórum Social Mundial (FSM), acusou “os bancos, as transnacionais e os conglomerados midiáticos” pela crise “financeira, econômica, alimentar e ambiental” e convocou as forças populares de todos os continentes a desenvolverem “ações de mobilização, coordenadas a nível mundial”, para se contrapor ao retrocesso re-

presentado pela globalização neoliberal.

Realizada no anfiteatro da Universidade Cheik Anta Diop, a assembleia começou com mais um protesto dos estudantes do campus. Em meio a cartazes e faixas denunciando a medida deseducacional, cânticos de batalha africanos e músicas de hip-hop afinavam o plenário com condenações à “política neocolonial” de sangria das nações pelas instituições financeiras internacionais e seu receituário de “ajus-

te fiscal” e “corte de investimentos”.

Alertando que a “crise sistêmica” implicou no “aumento das migrações e deslocamentos forçados, da exploração, do endividamento e das desigualdades sociais”, os participantes apontaram para a construção de uma estratégia comum de luta “contra as transnacionais, pela justiça climática e a soberania alimentar, pela paz, contra a guerra e o colonialismo, as ocupações e a militarização de nossos territórios e para banir do planeta a violência contra a mulher”.

A queda (e a volta) do diploma para jornalistas

Exigência de formação para exercer profissão no país, derrubada em junho de 2009 pelo Supremo Tribunal Federal, volta a valer dentro do serviço público catarinense

POR LEO LAPS, jornalista do SINSEPES <leolaps@gmail.com>

Qual a importância de um diploma? Desde junho de 2009, quando o Supremo Tribunal Federal (STF) confundiu liberdade de expressão com liberdade de imprensa e revogou a necessidade do “canudo” para exercer a profissão de jornalista, a questão tomou conta da maioria das discussões sobre mídia e Jornalismo no Brasil. Seria a graduação uma forma de elitizar as redações, um obstáculo ao direito de expressão dos que não tiveram acesso a uma universidade? Ou a prova cabal – ainda que relativa ao esforço do aluno e à qualidade do curso – de anos de estudo e reflexão sobre técnicas, avanços e questões éticas pertinentes ao dia a dia de uma indústria que, ao informar (e desinformar) a população, já recebeu a alcunha de “O Quarto Poder”?

Lunge, argumenta: “Esta tese não tinha fundamento. Em um concurso público, é possível definir critérios para a contratação seja de jornalistas, enfermeiros, marceneiros ou médicos”.

A vitória na votação do dia 30 foi avaliada por Lunge como uma demonstração de respeito à sociedade catarinense. “A rejeição ao veto significa qualidade no serviço público e especialmente no Jornalismo prestado à sociedade”, afirmou o presidente do SJSC em nota no site do sindicato, que agora busca a aprovação da mesma lei em esfera municipal. Em Joinville, a entidade já encaminhou proposta de lei à prefeitura.

Em Brasília, há forte expectativa de que o Senado aprove, ainda em abril, a Proposta de Emenda à Constituição 33/2009, do senador Antônio Carlos Valadares (PSB),

tudantes nos cursos de graduação e não há intensa demanda por registros profissionais junto ao Ministério do Trabalho”, explica José Carlos Torves, suplente da diretoria executiva da FENAJ. Lunge, no entanto, alerta para o fato de que 10% dos registros de jornalistas catarinenses, cerca de 500, pertencem à não-diplomados – todos obtidos após junho de 2009. Mas relata que empresas como a RBS, maior grupo de comunicação do Estado, seguem exigindo graduação de seus contratados.

Mas se as empresas de comunicação ainda valorizam o diploma na hora de contratar, são justamente algumas das maiores delas as responsáveis pela lei que derrubou a necessidade de formação para jornalistas. O Grupo Folha, que tem como carro-chefe o jornal diário *Folha de São Paulo*, orquestrou a queda do diploma em junho de 2009. Recentemente, a empresa foi denunciada pela precarização do trabalho dentro de suas redações. O portal *Comunique-se* (www.comunique-se.org.br) revelou que jornalistas do *Agora SP*, jornal menor do grupo, enfrentavam jornadas de até 15 horas diárias, sem banco de horas nem pagamento de hora-extra. Também relatou a contratação de dois profissionais como assessores administrativos, em um sinal do que o fim do diploma em Jornalismo poderá gerar na profissão caso a decisão do STF perdure.

Ironicamente, a própria *Rádio Folha* divulgou, em 20 de fevereiro, um relato em que a editora de treinamento Ana Estela de Sousa Pinto, afirma que, devido aos salários “não competitivos” e ao ritmo de trabalho “muito maior”, “não há um monte de gente que cursou outras faculdades querendo ser jornalista”. No caso do Grupo Folha, nada mais perto da verdade.

“As condições de trabalho já eram ruins antes da queda do diploma, mas tem tudo para piorar ainda mais nessas condições”, prevê Lunge. Para Torves, a volta da exigência da graduação é sinônimo de valorização da profissão. “Nossa categoria se estrutura com a formação. Entendemos que a universidade é um estágio fundamental para o

jornalista na atualidade. Enquanto outras profissões estão avançando, buscando mais conhecimento, estamos dando um grande passo para trás”, avalia o membro da Fenaj.

O professor doutor Nilson Lage, da Universidade Federal de Santa Catarina, discorre no artigo *À Frente, o Passado* (leia na íntegra em www.fenaj.org.br/diploma/lage.htm) sobre a queda do diploma em Jornalismo, derrubando argumentos utilizados pelos contrários à exigência. Para ele, o Brasil era vanguardista ao exigir a graduação de jornalistas: se nos EUA o desenvolvimento do mercado e a concorrência fazem da formação algo essencial (mesmo sem exigência em lei) e na Inglaterra os problemas gerados pelos tablóides de escândalos tem levado legisladores a cogitar a exigência do diploma em Jornalismo, no Brasil, “um país grande, de culturas variadas, com milhares de cidades onde o jornalismo com qua-

lidade e ética ainda não chegou, e onde leis equivocadas – como a que obriga as prefeituras a divulgar seus editais em jornal local – estimulam o surgimento de veículos de tiragem insignificante, circulação temporária, sem i n f o r m a ç ã o

jornalística que preste, comprometidos com o poder local”, a formação profissional é fundamental para o desempenho correto de um profissional de grande responsabilidade pública.

O direito à livre expressão não depende de diploma: jornalistas, inclusive, tem como uma de suas principais missões repercutir a voz de quem não tem voz, dos oprimidos e injustiçados; e desmascarar as estruturas de poder que mantêm a miséria e a barbárie no mundo. Se o que vemos é um jornalismo cada vez mais entremeadado de entretenimento, superficial e sem compromisso social, não é o fim da qualificação profissional que vai mudar isto. Importante, não apenas no país, mas em todo o mundo, é democratizar de fato a comunicação e a mídia, cada vez mais concentrada na mão de poucos e poderosos grupos, à mercê de conchavos comerciais e políticos.

O debate sobre o fim da exigência do diploma em Jornalismo chegou a um novo patamar em Santa Catarina no último dia 30 de março, quando a Assembleia Legislativa (ALESC) do Estado rejeitou – 24 votos a 1 – o veto do governador Raimundo Colombo (DEM) ao Projeto de Lei 63/2010. De autoria do deputado Kennedy Nunes (PP), o texto exige curso superior específico para o cargo de jornalista dentro da administração pública.

Aprovada em dezembro, a lei havia sido vetada pelo Executivo em fevereiro. Um dos motivos seria a inconstitucionalidade: se o STF revogou a necessidade do diploma, não seria perigoso exigí-lo em cargos públicos estaduais? O presidente do Sindicato dos Jornalistas de Santa Catarina (SJSC), Rubens

que restitui a obrigatoriedade do diploma em Jornalismo para exercer a profissão em todo o país, tanto no serviço público como no setor privado. A PEC tramita no Congresso desde outubro do ano passado, mas a votação foi cancelada inúmeras vezes. Em março, a Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) promoveu a Caravana do Diploma na capital federal, fazendo campanha e convencendo senadores, que se mostraram, a princípio, favoráveis ao retorno da exigência do diploma.

PRECARIZAÇÃO

Mas, efetivamente, a queda do diploma gerou mudanças drásticas no mercado de trabalho nacional? “A maioria dos veículos continua exigindo diploma para contratar jornalistas. Não houve queda no número de es-



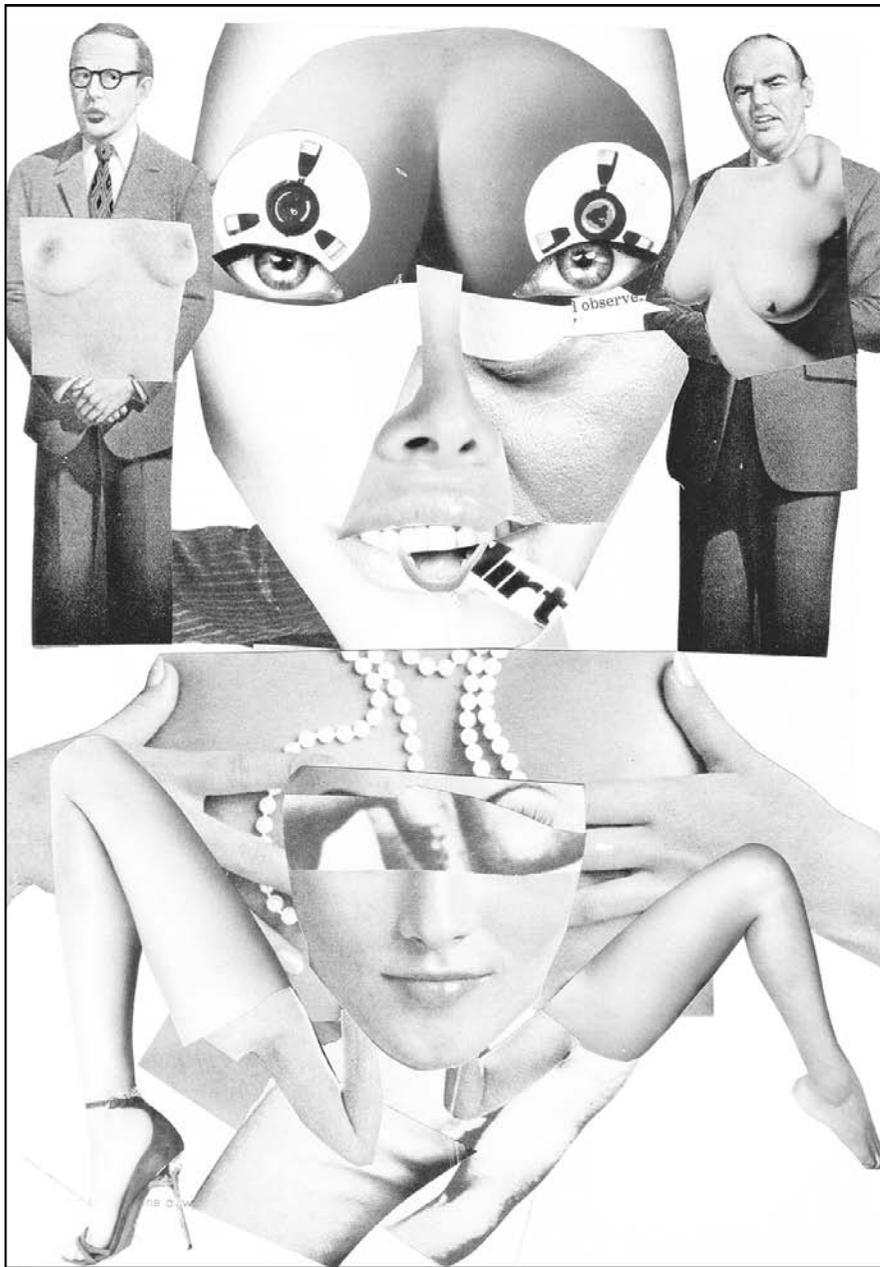
A genitália encoberta pela hipocrisia

POR VIEGAS FERNANDES DA COSTA, editor do Sarau Eletrônico (www.bc.furb.br/sarau eletronic) da Biblioteca da FURB <viegas@furb.br>

“Um nudista é uma pessoa que acredita que a indumentária não é necessária à moralidade do corpo humano. Não concebe que o corpo humano tenha partes indecentes que se precisem esconder”, dizia Dora Vivacqua (1917-1967), a dançarina que entrou para a história do naturismo brasileiro sob o pseudônimo Luz del Fuego e como fundadora do primeiro clube naturista do Brasil, na Ilha do Sol, Rio de Janeiro, em 1954. Ativista da nudez social, Dora enfrentou o moralismo dos carolas de plantão através da exposição da sua nudez à sociedade e fundando um partido político – o Partido Naturalista Brasileiro – pelo qual chegou a se candidatar ao cargo de deputada federal. Apesar de todos os seus esforços, e do movimento que começou a se organizar a partir da sua atuação, a prática do naturismo enfrentou (e ainda enfrenta) muitas resistências em nosso país, tendo seus adeptos sofrido a repressão dos militares, da Igreja, da sociedade mal informada e daqueles que entendem a nudez humana como algo a ser explorado pela indústria pornográfica.

Ao iniciar estas breves reflexões a respeito da nudez social, ocorre-me à lembrança uma matéria da revista *Veja* do final da década de 1990, que tratava da guerra civil na Libéria. Chamou-me especial atenção uma fotografia que exibia o cadáver de um homem nu que havia sido linchado pelos guerrilheiros e abandonado à rua. Podia-se ver todo corpo, suas feridas, a expressão de dor na face inerte e as lanhuras nos braços e pernas. Sobre o pênis, entretanto, uma espécie de tarja. Fiquei me perguntando o que seria mais obscuro: se a guerra civil e toda sorte de dor e destruição que esta provoca, onde cadáveres humanos são abandonados insepultos em meio à população que desesperadamente tenta sobreviver; ou se a exposição de um pênis aos olhos de leitores pudicos que poderiam se escandalizar, dando uma conotação sexual doentia a uma parte de um corpo humano barbaramente torturado e morto. Encaramos com naturalidade a guerra, o genocídio, a desestruturação social e a tortura, mas a nudez que nos cobre desde nosso nascimento é desnaturalizada ao ponto de um pênis supostamente chocar mais que a própria barbárie da guerra. Há, aqui, certamente, uma inversão de valores sobre a qual devemos nos questionar e incomodar.

Ao ler artigos de naturistas portugueses, deparo-me com a expressão “sociedade têxtil”, que sempre considerei pertinente e que pode ajudar a explicar a aversão da exposição da nudez total do corpo humano em sociedade para além do moral. Em 2008 Viviane Castro desfilou no carnaval carioca pela escola de samba São Clemente, “vestindo” apenas um tapa-sexo de três centímetros. Não fossem esses três centímetros, a passista seria considerada nua e sua escola perde-



Derrick Tyson - <http://www.flickr.com/photos/derricksphotos>

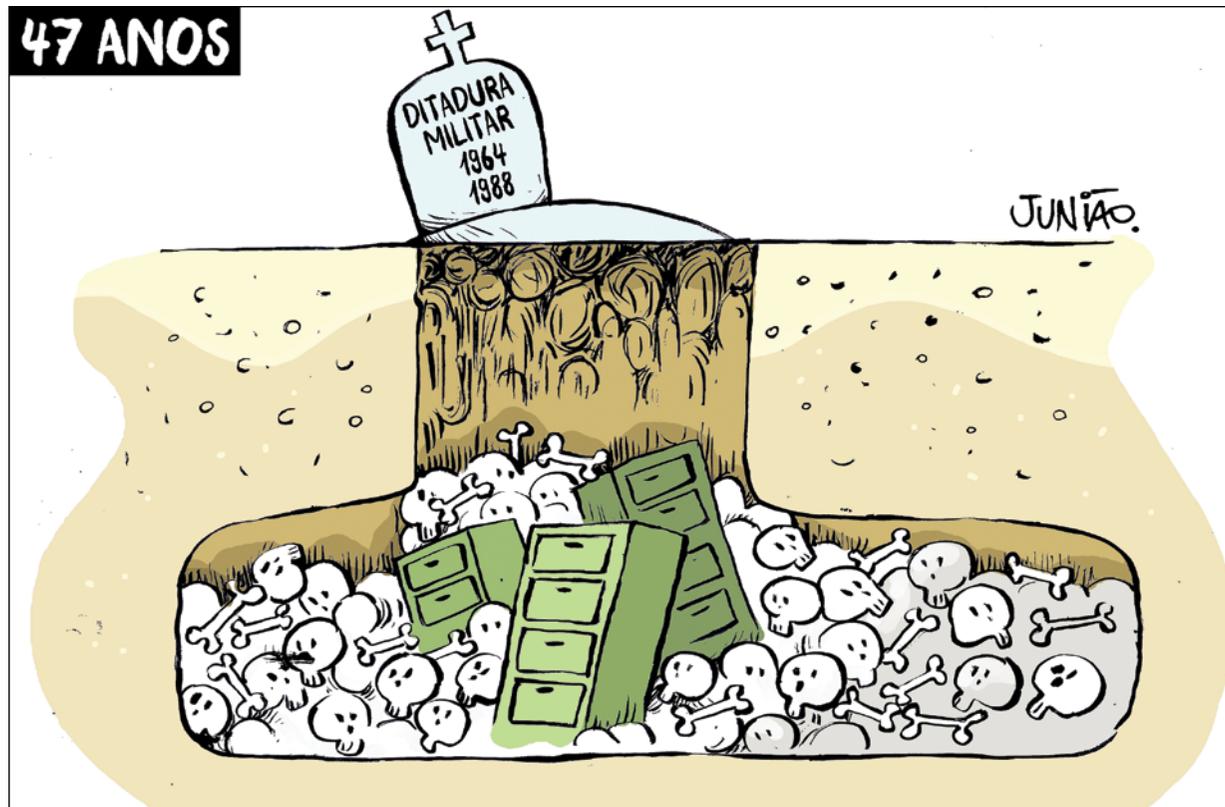
ria pontos junto aos jurados. Em ensaio intitulado *O casaco de Marx*, Peter Stallybrass escreve que, em uma sociedade capitalista, a mercadoria “torna-se uma mercadoria não como uma coisa, mas como um valor de troca. Ela atinge a sua mais pura forma, na verdade, quando ela é mais esvaziada de particularidades e de seu caráter de coisa”. Para exemplificar sua afirmação, Stallybrass se utiliza dos usos que Karl Marx fazia do seu casaco; aqui, entretanto, quero me valer do tapa-sexo de três centímetros “vestido” por Viviane Castro. Afinal, qual a função representada pelo tapa-sexo em questão? Vestir? Cobrir uma nudez? Acaso o corpo de uma mulher restringe-se somente à vagina? À que ordem ou economia pertence a obrigatoriedade do encobrimento da genitália, ainda que ínfimo, nos regulamentos do carnaval carioca, uma festa popular que explora a sexualidade de forma tão explícita? Da mesma forma nos questionamos a respeito da moda

que propõe transparências, principalmente no vestuário feminino, permitindo o vislumbrar dos seios e outras partes do corpo até então escondidas por tecidos opacos, sem entretanto fazer com que julguemos nua quem as veste. Está vestida de transparências, mas está vestida. Assim, qual a função da transparência na sociedade têxtil? O que faz com que uma mulher ou um homem sintam-se vestidos na praia, ainda que trajando minúsculos biquínis e sungas?

Certa vez ouvi um historiador da indumentária dizer que a moda ainda cometerá muitas ousadias, entretanto, jamais a de propor, seriamente, a nudez total para o ser humano, sob o risco de destruir a si e à indústria que alimenta. Tinha razão. O que liga o tapa-sexo, o casaco de Marx, as roupas transparentes, as sungas e os biquínis ínfimos é justamente o fato de estarem esvaziados do seu caráter de coisa, como disse Stallybrass. Tais objetos são, na realidade, representação,

e possuem um caráter de mercadoria. O uso que fazemos deles, enquanto mercadoria, nem sempre corresponde a uma certa função de coisa que lhes possa ser inerente. Viviane Castro não “vestiu” o tapa-sexo de três centímetros para cobrir sua nudez, mas para atender às exigências de um discurso; da mesma forma que Marx não utilizava seu casaco para exclusivamente se proteger do frio, mas também para aparentar distinção a fim de que pudesse ser aceito na biblioteca onde fazia suas pesquisas. Quando vamos à praia vestidos de fios-dentais e sungas, oficialmente estamos atendendo também a uma ordem discursiva de pudicícia; entretanto, não é exatamente pudico nosso critério de escolha quando estamos em uma loja comprando a roupa de praia para o próximo verão. Todos sabemos o quanto uma roupa pode fetichizar nosso corpo, e é este poder de fetichização que muitas vezes buscamos quando nos postamos diante do espelho de um provador. Assim, ao escondermos, mostramos, e na maioria das vezes mostramos algo que não existe senão no desejo, seja no de exibir, seja no de ver. Não quero aqui, porém, incorrer no mesmo equívoco que critico. A fetichização estimulada pela indumentária não é, em si mesma, algo errado, desde que compreendida em sua dimensão cultural. Se a roupa me serve como instrumento de representação social, devo reconhecer tal fato, e não naturalizá-lo sob um discurso hipócrita que imputa aos genitais sujeira e vergonha. “Vergonhas” era como Pero Vaz de Caminha se referia às vaginas das nativas em sua carta de “achamento” ao rei de Portugal: “ali andavam entre eles três ou quatro moças, muito novas e gentis, com cabelos muito pretos e compridos, caídos pelas espáduas, e suas vergonhas tão altas e tão cerradinhas e tão limpas das cabeleiras que, de as muito bem olharmos, não tínhamos nenhuma vergonha”. Vejamos, Caminha está impregnado do discurso do seu tempo, ainda assim conclui dizendo que não tinham eles, europeus cristãos, vergonha alguma em contemplar a nudez dos nativos. Compreendeu Caminha que um corpo socialmente nu, que assume assim sua condição integral de corpo ante os olhos do outro, deixa de ser apenas uma vagina, um pênis ou um par de seios?

O poder econômico reprimiu nossa nudez e agora pode vendê-la; o poder simbólico da ética judaico-cristã, moldada no elogio da dor e da carência, reprimiu nossa nudez, desejos e prazeres para assim melhor nos disciplinar. Disciplina que nos move para a guerra e para a fábrica; economia que nos fragmenta, fetichiza e transforma em mercadoria. Ao fim restamos como aquele cadáver fotografado, abandonado nas ruas da Libéria, a genitália encoberta pela hipocrisia.



Charge publicada originalmente no jornal Diário do Povo (Campinas/SP).

Em 31 de março de 1964, militares assumiam comando do país e inauguravam duas décadas de violação aos direitos humanos, repressão e censura. Período passa por um novo momento de discussão e questionamentos por parte da sociedade brasileira

Aniversário infeliz

POR BEN-HUR DEMENECK, jornalista <b.demeneck@uol.com.br>

Se a mentira e a covardia servissem para comemorações, dia 31 de Março caberia termos acendido velas para um aniversário de 47 anos. Atrás do bolo, lá estaria o golpe de Estado responsável por uma ditadura de mais de duas décadas no Brasil. Ainda que se esteja longe de realizar esse macabro ritual, cobrar a responsabilidade pela violação aos direitos humanos no período entre 1964 e 1985 chega a causar mal-estar público, a ponto de aparecerem opiniões que justificam a tortura, a censura e os casos dos desaparecidos políticos. Por outro lado, muitos espaços midiáticos se abrem para a discussão, sinal da demanda por maior visibilidade à memória política.

Mentiras à parte, o golpe se deu na madrugada de 1º de Abril, como explica Elio Gaspari: “o Exército dormira janguista, acordaria revolucionário, mas sairia da cama aos poucos” (*A Ditadura Envergonhada*, Companhia das Letras, 2002). Quem procura conhecer mais sobre o período descobre que não foi uma conversão simples – “uma vontade geral”: cerca de 50 mil pessoas foram presas apenas nos primeiros meses do regime. E vale lembrar aos arautos da lei e ordem, os que condenam a “anarquia” dos anos 1960, que o “31 de Março” foi pura quebra de disciplina, uma insubordinação contra a estrutura militar.

Sobre a maior demanda por visibilidade à memória política basta ver exemplo de uma cidade interiorana como Ponta Grossa, no Paraná, onde, em 2010, ao menos dez artigos formaram a polêmica em torno do legado do regime de exceção. As homenagens e auto-

-homenagens do período, como a existência de um núcleo habitacional e uma linha de ônibus batizados com a data do golpe, baseou parte dos escritos. O conjunto de textos traz até mesmo opiniões que relativizam a ditadura e os crimes de Estado. Mais que espaço opinativo, os meios de comunicação dedicaram espaço informativo: em impressos (em coluna política de diário, em reportagem de semanário), em matérias da TV (inclusive em canal aberto), em meio digital, em programas de rádio (até mesmo com atitude de desplante de ex-deputado), na blogosfera e em redes sociais.

O aniversário do golpe, quando chega, faz muita gente parar e pensar – o que se sabe sobre o período militar e sua herança autoritária?

Há pelo menos 426 mortos e desaparecidos políticos no Brasil. Isto é, pessoas que as autoridades governamentais jamais assumiram ou divulgaram a prisão e morte, apesar de terem sido sequestradas, torturadas e assassinadas por órgãos de repressão do Estado. A ditadura institucionalizou a mentira e a covardia. Ao lado de vítimas anônimas figuram casos célebres como o de Rubens Paiva e Vladimir Herzog, que ilustram a moral e a civismo defendida pelos poderes vigentes.

Em 1971, no Rio de Janeiro, Rubens Paiva teve a casa invadida por agentes do serviço secreto do go-

verno militar. Foi levado para prestar depoimento e nunca mais foi visto. Ele era ex-deputado e pai de cinco filhos. Essa história foi detalhada pelo jornalista Jason Tércio em *Segredo de Estado* (Objetiva, 2010).

Em 1975, o diretor de jornalismo da TV Cultura do estado de São Paulo, Vladimir Herzog, compareceu às 8h para prestar depoimento junto ao DOI-Codi e defender sua inocência nas acusações de que era alvo. Pela tarde estava morto, resultado de um “acidente de trabalho”, como se expressa Paulo Markun quanto ao nível de tortura a que foi submetido seu colega de profissão. No dia seguinte, Vlado foi apresentado por meios oficiais como suicida – o 38º suicida produzido nos porões da ditadura.

O aniversário do golpe, quando chega, faz muita gente parar e pensar – o que se sabe sobre o período militar e sua herança autoritária? E, mais importante, as pessoas se questionam sobre como contribuir para dar um sossego às famílias dos desaparecidos políticos (leia mais em www.desaparecidospoliticos.org.br).

Qualquer esclarecimento toma a forma de um serviço prestado ao país. Vale para quem tiver um depoimento a gravar, uma memória a escrever, um documento a publicar, uma expressão artística a apresentar. Cabe a todos denunciar os crimes de lesa-humanidade entre 1964 e 1985. A ditadura militar virou uma pedra que perturba o sono do brasileiro bem na altura da coluna, apesar de estofada entre plumas e estar coberta por rendas.

Reedição de texto publicado na página virtual da revista Carta Capital (Coluna do Leitor, 31 de março de 2011, às 16h34min).

(AUTO)HOMENAGENS

Logradouros de todo Brasil receberam homenagens feitas pelo regime militar a si mesmo sob a convicção das próprias localidades. A atitude sugere uma urgência de afirmação, até mesmo um receio de que a chegada da democracia não traria o reconhecimento de datas e personalidades do regime de exceção. Um diagnóstico preciso, porém de extrema natureza cabotina.

PALÁCIO DO GOVERNO

Seção on-line do jornal *Folha de Boa Vista* (edição 5.572, 11 Abr 2009) recorda das nomenclaturas: “a data (31 de Março) passou em branco em Roraima, um dos estados brasileiros que demorou a expurgar os últimos resquícios do militarismo, inclusive até hoje há (n.e.: na capital) homenagens à ditadura, como o bairro 31 de Março e a escola do bairro que leva o mesmo nome (...) Até mesmo o Palácio do Governo, sede do Executivo estadual, chamava-se 31 de Março, em uma afronta não apenas ao povo roraimense, mas a todos os brasileiros que foram torturados e mortos nos calabouços do militarismo.”

REGISTRO

Em 2009, a Imprensa Oficial do Estado de São Paulo lançou a segunda edição de um livro com aproximadamente 800 páginas de documentação sobre a violência do regime militar. Registros caso a caso, lista com nomes em ordem alfabética e fotos de mortos arquivadas em órgãos de repressão fazem parte de *Dossiê Ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil – 1964-1985* (2009), obra organizada pelo IEVE (Instituto de Estudos sobre a Violência do Estado).



HABITAÇÃO

O núcleo habitacional 31 de Março foi inaugurado em Ponta Grossa em 1967. A manchete da edição do *Diário dos Campos* daquele dia foi: “Nação comemora IIIº aniversário da revolução” (veja foto acima). Capa trazia convite da Câmara dos Vereadores para a homenagem ao presidente da companhia de habitação local, Anizio Calasans. Na chamada “PG (n.e.: Ponta Grossa) recebe hoje casas da Cohab” anunciando a solenidade de entrega das 1 mil casas do núcleo 31 de Março. Valoriza-se a presença de “altas autoridades do Estado, civis, militares e eclesíásticas” entre elas a do governador Paulo Pimentel. Para estreitar a relação entre mundo civil e imaginário militar, na cerimônia de lançamento do núcleo as primeiras casas foram entregues a “cidadãos pertencentes à gloriosa Força Expedicionária Brasileira”. Outros dados podem ser consultados em “Major, viemos pagar o aluguel”, artigo publicado nos *Anais do VIII Encontro Nacional de História da Mídia* (DEMENECK; OLIVEIRA, 2011).